

Imposições do modelo do agronegócio em Terras Indígenas: comentário sobre o projeto Agroindígena em Roraima

Greyce Kelle Fidelis Paulino  

Universidade Federal de Roraima (UFRR) – Boa Vista, Roraima, Brasil.
e-mail: greycekellepsc@gmail.com

Amarildo Ferreira Júnior  

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) – Boa Vista, Roraima, Brasil.
e-mail: amarildo.junior@ifrr.edu.br

Carlos Alberto de Sousa Cardoso  

Universidade Federal de Roraima (UFRR) – Boa Vista, Roraima, Brasil.
e-mail: carlos.cardoso@ufrr.br

Resumo

O artigo apresenta uma crítica às contradições e efeitos do projeto conhecido como Agroindígena nos territórios e comunidades indígenas de Roraima. A abordagem metodológica baseia-se no materialismo do simbólico associado à memória ancestral na contextualização, reflexão e interrogação dos dados e informações de documentos, matérias jornalísticas e discursos acerca desse projeto. Esta discussão é relevante por evidenciar as articulações nacionais e a vinculação do Agroindígena ao modo de produção material e simbólica da sociedade brasileira, bem como aos instrumentos de espoliação de territórios adotados pelas classes dominantes. Seus resultados indicam elementos relacionados à configuração do Agroindígena em sua concepção, formulação e implantação enquanto reprodução em Terras Indígenas do modelo de negócio do agronegócio. Conclui-se evidenciando as relações hegemônicas de poder envolvidas na conformação desse projeto; a incorporação de práticas perniciosas aos sistemas e métodos de produção, distribuição, preparo e consumo de alimentos das comunidades onde tem sido implantado e a mobilização de práticas de coerção à adesão e à participação no Agroindígena.

Palavras-chave: Agronegócio; povos da floresta; questão alimentar.

Impositions of the Agribusiness Model on Indigenous Lands: commentary on the Agroindigenous Project in Roraima

Abstract

This article presents a critique of the contradictions and effects of the project known as Agroindigenous Project in the territories and indigenous communities of Roraima. The methodological approach is based on the materialism of the symbolic, associated with ancestral memory, for the contextualization, reflection, and interrogation of data and information from documents, journalistic reports, and discourses about this project. This discussion is relevant for highlighting the national articulations and the link between Agroindigenous Project and the material and symbolic mode of production of Brazilian



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

society, as well as the instruments of territorial dispossession adopted by the dominant classes. The results indicate elements related to the configuration of Agroindigenous Project in its conception, formulation, and implementation as a reproduction of the agribusiness model within Indigenous Lands. The conclusion highlights the hegemonic power relations involved in the shaping of this project; the incorporation of practices harmful to the systems and methods of production, distribution, preparation, and consumption of food in the communities where it has been implemented; and the mobilization of coercive practices to force adherence to and participation in Agroindigenous Project.

Keywords: Agribusiness; forest peoples; food issue.

Imposiciones del modelo del agronegocio en Tierras Indígenas: comentario sobre el proyecto Agroindígena en Roraima

Resumen

El artículo presenta una crítica de las contradicciones y efectos del proyecto conocido como “Agroindígena” en los territorios y comunidades indígenas de Roraima. El enfoque metodológico se basa en el materialismo de lo simbólico asociado a la memoria ancestral para la contextualización, reflexión e interrogación de los datos e informaciones de documentos, reportajes periodísticos y discursos sobre este proyecto. Esta discusión es relevante por evidenciar las articulaciones nacionales y la vinculación del proyecto Agroindígena al modo de producción material y simbólico de la sociedad brasileña, así como a los instrumentos de despojo territorial adoptados por las clases dominantes. Sus resultados indican elementos relacionados con la configuración del proyecto Agroindígena en su concepción, formulación e implementación como reproducción en Tierras Indígenas del modelo de negocio del agronegocio. Se concluye destacando las relaciones hegemónicas de poder envueltas en la conformación de este proyecto; la incorporación de prácticas perniciosas a los sistemas y métodos de producción, distribución, preparación y consumo de alimentos de las comunidades donde ha sido implantado y la movilización de prácticas de coerción para la adhesión y participación en el proyecto Agroindígena.

Palabras-clave: Agronegocio; pueblos del bosque; cuestión alimentaria.

Introdução

A temática da soberania alimentar é, hodiernamente, uma das principais preocupações das sociedades. Essa inquietação transcende a questão histórica da fome, que, no Brasil, marca profundamente diversos setores da população, estendendo-se ao direito fundamental de ter acesso a uma alimentação de qualidade, saudável e nutricionalmente balanceada, mas com garantias de que sua produção e distribuição seja ecológica, socioeconômica e culturalmente respeitosa.

Este tema e suas reverberações em escalas global, nacional e local repercutem de maneira significativa entre os Povos Indígenas, entrelaçando-se com as relações que constituem seus sistemas alimentares. Tal configuração integra diferentes dimensões, que vinculam o direito à alimentação saudável e à saúde digna às lutas indígenas por retomada

e autodeterminação de seus territórios e de suas cosmologias, vítimas de fortes ataques das relações de produção hegemônicas e dos conflitos socioambientais resultantes.

A complexidade dessa discussão exige integração de diferentes saberes para uma elaboração de compreensões críticas, realizada na pesquisa de mestrado de uma pesquisadora Macuxi, povo indígena cujos territórios encontram-se em terras atualmente ocupadas pelo Estado de Roraima¹. O presente artigo resulta desta pesquisa e reflete uma abordagem interdisciplinar que conjugou perspectivas da antropologia, direito, ecologia, geografia, nutrição, saúde coletiva e sociologia.

Pautada no materialismo do simbólico, esta pesquisa incorporou dimensões culturais, históricas e sociais que influenciam diretamente as necessidades e desafios enfrentados pelas comunidades indígenas em relação à saúde e alimentação por meio de um exercício de sistematização de memórias da experiência de vida de sua pesquisadora, que é a primeira autora deste artigo. O materialismo do simbólico é uma abordagem teórico-metodológica baseada na análise das condições sociais em que os problemas epistemológicos e sociais se colocam e que, ao se orientar para uma antropologia e uma história social da constituição do Estado e das sociedades, se detém na análise crítica dos modos de manutenção do monopólio da violência legítima, dos fundamentos da integração lógica e moral do mundo social e dos aparelhos de coerção a serviço das classes dominantes, explorando também os domínios do simbólico desse conjunto de estruturas e da ação de seus agentes (Bourdieu, 2024; Miceli, 2014).

Concomitantemente, recorreremos como fontes a documentos consultados no decorrer da pesquisa, declarações públicas e à memória ancestral da primeira autora deste artigo, a qual orientou processos de contextualização, reflexão e interrogação dos dados e informações obtidas, fortalecendo a reflexividade e a crítica do trabalho. Conforme John Lindemann (2020), a memória é construção social que possui relação com identidade e pertencimento e os modos pelos quais diferentes grupos preservam e transmitem saberes ao longo do tempo. A memória é uma percepção do sujeito que toma o experienciado para construir um conhecimento válido, pois,

Embora não seja verdadeira ou falsa, toda memória mantém uma conexão causal com o evento passado ao qual se relaciona, constituindo um estado mental adequado à experiência subjetiva de reviver um certo evento do próprio passado (Lindemann, 2020, p. 413).

Seguindo esta abordagem, diferentes políticas públicas foram consideradas na discussão da pesquisa que originou este artigo, entre as quais a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a Política

¹Esta pesquisa foi direcionada ao Polo Base Raposa I do Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima (DSEI-LRR), localizado na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Bolsa Família. Neste texto, iremos nos concentrar na elaboração de um esboço de crítica materialista do simbólico ao chamado projeto Agroindígena, realizado pelo Governo de Roraima e apresentado aos Povos Indígenas locais como alternativa produtiva e de desenvolvimento.

Nosso objetivo é apresentar a crítica às contradições e efeitos deste projeto nos territórios indígenas de Roraima e em suas comunidades, chamando atenção para suas articulações nacionais e sua vinculação ao modo de produção material e simbólica da sociedade brasileira e aos instrumentos de espoliação de territórios adotados pelas classes dominantes.

Contexto interativo da produção de alimentos: a formação socioeconômica da Amazônia e a dicotomia humanidade-natureza

Com frequência encontramos trabalhos que exaltam as culturas alimentares dos Povos Indígenas que, por vezes, deixam de apresentar críticas à imposição de elementos de transformação dos sistemas de produção simbólica e material dessas culturas. Essa ausência de análise pode limitar a compreensão dos desafios enfrentados nas relações de produção, distribuição, preparo e consumo de alimentos e em relação às mudanças alimentares contemporâneas vividas pelos diferentes Povos Indígenas que se encontram nos territórios atualmente ocupados pelo Estado do Brasil.

Nossa perspectiva segue o horizonte da valorização dos sistemas alimentares indígenas, e, por isso, considera necessário refletir sobre alguns dos processos de transformação que têm sido impostos a algumas comunidades indígenas a partir de violências materiais e simbólicas perpetradas por artimanhas oriundas de pontos específicos da sociedade brasileira.

É pertinente apresentar contrapontos à certa percepção de que os povos originários produzem seus alimentos a partir de uma “concepção natural”, desvinculada das influências do capital e dos sistemas agroalimentares hegemônicos, reunidos, no Brasil, na consigna do “agronegócio”. Essa “concepção natural”, que se associa ao “modelo genealógico” criticado por Tim Ingold e Terhi Kurtilla (2018), aliena os contextos interativos nos quais as pessoas realizam e ficam atentas às suas particulares habilidades de conhecer, e tende a deixar incólume à crítica às práticas que violentam as sensibilidades locais e que são impetradas a partir dos espaços dominantes do campo social.

Em regiões em que modelos hegemônicos de produção, distribuição, preparo e consumo de alimentos têm invadido de forma acelerada os diferentes territórios, em especial

nas terras dos Macuxi e demais Povos Indígenas em Roraima, essa discussão tende a ser mais dramática.

Daniel Iberê (2020, p. 37) fala em se “pensar o alimento produzido em nossos territórios, demarcados e autônomos, um alimento livre de sangue, de genocídio, de agrotóxicos ou de transgenia, uma semente que carrega consigo as memórias de muitos mundos”. Contudo, é preciso refletir os elementos que concretamente estão em torno das disputas em relação à demarcação e à autonomia dos territórios indígenas no Brasil, que recebe feições de disputa pelo estabelecimento do que é legítimo quando tratamos de demarcação de Terras Indígenas e, no atual estágio em que se encontra, apresenta muitos elementos do modo de produção material e simbólica da sociedade brasileira.

Esta discussão não está dissociada da compreensão da formação socioeconômica da Amazônia e seus conflitos socioambientais. Ao contextualizar a ocupação histórica e o desenvolvimento econômico na região, Edna Castro e Índio Campos (2015) destacam tensões entre diferentes atores, como Povos Indígenas, o Estado brasileiro e empresas privadas, revelando as complexas dinâmicas que envolvem a interação entre questões sociais, econômicas e ambientais e enfatizando os conflitos socioambientais como elementos-chave nesse cenário. Tais conflitos refletem tanto as disputas por territórios e riquezas naturais, quanto as preocupações mais amplas relacionadas à preservação da biodiversidade e aos direitos dos Povos Indígenas.

Para tanto, é necessário considerar dimensões que têm emergido de discussões acerca do Antropoceno, da ambientalização da natureza e do controle social, muitas delas colocadas por agentes ou coletivos indígenas. Há uma perspectiva relativamente definida de que, embora compartilhem o mesmo destino da humanidade, certos setores da sociedade não foram responsáveis pelo colapso ambiental atual (Krenak, 2022; Haraway, 2016). Essa crise resulta, sobretudo, das dinâmicas impostas pelo avanço industrial desde o século XIX, reforçando desigualdades na distribuição de responsabilidades e impactos.

Por outro lado, Luiz Fernando de Souza Santos (2020) opera a perspectiva da prisão e vigilância que o debate ambiental impôs para as populações tradicionais, especialmente para aquelas que vivem na Amazônia brasileira, região apontada como de fundamental importância para o processo de ambientalização que envolveu a construção de narrativas que destacam a importância da região para o equilíbrio ecológico global ao mesmo tempo em que não raramente desconsidera as realidades sociais e culturais das comunidades locais.

A divisão entre humanidade e natureza marca profundamente a maneira como as sociedades ocidentais se organizam e interagem com o ambiente. Essa dicotomia coloca os seres humanos e suas construções culturais em oposição ao mundo natural, sendo

frequentemente citada como a base de muitos problemas ambientais contemporâneos. A separação da humanidade da natureza estabeleceu as bases para uma relação de exploração, na qual o ambiente é visto primariamente como uma fonte de recursos a serem consumidos ou um obstáculo a ser superado, em vez de um sistema vivo do qual somos parte integrante e dependente. Essa compreensão é constituinte do modo de produção capitalista, o que resultará nas suas diferentes formações econômico-sociais e relações de produção, conformando um modo específico de destruição da natureza (Casa Rui Barbosa, 2023).

A invenção da “natureza” como contraponto aos valores, conceitos e horizontes normativos que constituíram a ideia de “civilização” e que definem a especificidade das sociedades ocidentais opera uma divisão colonizadora imposta aos povos originários. Autoras e autores como Ailton Krenak (2022), Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), Santos (2020) e Donna Haraway (2016) percebem que esses povos, cujas tradições e modos de vida possuem disposições para relações mais integradas e respeitadas com a “natureza”, enfrentam pressões crescentes de modelos de desenvolvimento que perpetuam a divisão moderna. Ao mesmo tempo, a luta dessas comunidades pela preservação de seus territórios e modos de vida representa uma forma de luta contra essa divisão e apelo por modelos alternativos de coexistência no e com o planeta.

A crítica a esse modo de destruição da natureza relaciona-se diretamente à discussão dos sistemas alimentares indígenas e suas relações de produção. A alimentação constitui um elemento essencial para a manutenção da vida, sendo indispensável à sobrevivência e ao bem-estar humano. A ingestão insuficiente ou a ausência de alimentos compromete gravemente as condições físicas, psíquicas e sociais dos indivíduos, podendo levar à morte.

Contudo, alimentação transcende a mera ingestão: os modelos contemporâneos de produção, distribuição, preparo e consumo de alimentos frequentemente reproduzem e intensificam desigualdades sociais, econômicas e ambientais, aviltando não apenas as relações entre os seres humanos, como entre estes e os diversos sujeitos – humanos e não humanos – que integram a vida no planeta.

A questão alimentar emerge como um campo multifacetado, envolvendo dimensões biológicas, culturais, políticas e sociais que devem ser analisadas criticamente diante das complexas interações entre sistemas alimentares globais e as particularidades das realidades locais. Mesmo a recente ampliação da preocupação de determinados segmentos sociais com a alimentação e os hábitos alimentares está majoritariamente moldada pela alienação das múltiplas dimensões envolvidas no ato de se alimentar.

Conforme critica Gyorgy Scrinis (2021), os alimentos têm sido predominantemente interpretados como meros veículos de nutrientes isolados – como calorias, gorduras ou proteínas. Esse nutricionismo ignora as complexas relações que permeiam os sistemas alimentares e os constituem enquanto prática social e cultural inserida em contextos históricos. Essa visão fragmentada desconsidera o papel dos alimentos enquanto elementos integradores de práticas sociais, identidades culturais e relações simbólicas, ao mesmo tempo em que reforça uma lógica funcional e individualizante da saúde alimentar.

Persiste a hegemonia de um discurso que invisibiliza diversas problemáticas estruturais associadas à alimentação, como as desigualdades no acesso a alimentos, os impactos ambientais do agronegócio e a subordinação de práticas alimentares tradicionais às dinâmicas de mercado global. Aspectos cosmológicos, religiosos e rituais que conferem significados profundos aos atos alimentares são frequentemente negligenciados. Como já alertava Renato Maluf (2007), no conjunto da sociedade brasileira, a preocupação com as dimensões ambientais, culturais e sociais que estão na origem da comida consumida perde cada vez mais importância.

Subordinação de práticas agrícolas e alimentares ancestrais ao paradigma mecânico-químico-genético

Em relação à alimentação indígena e seus sistemas alimentares, é importante reconhecer a riqueza de significados e simbolismos, uma vez que os Povos Indígenas são diversos cultural, política e socialmente e não é adequado generalizar os hábitos alimentares de uma determinada etnia para todas as outras, afinal, o Brasil abriga uma multiplicidade de Povos Indígenas (Leite, 2007).

De acordo com Elionete Garzoni e Maria Bethonico (2019), os territórios atualmente ocupados por Roraima possuem uma rica biodiversidade, distribuída entre serras, florestas e vastas planícies e savanas, conhecidas localmente como Lavrados. Além disso, as serras e florestas desempenham um papel crucial na regulação climática e na conservação dos recursos hídricos, enquanto as cidades, como Boa Vista e Pacaraima, e as vilas e demais formações do periurbano estendido amazônico (Cardoso, 2021) servem como pontos de interação, promovendo trocas culturais e econômicas que enriquecem a dinâmica regional.

Essa diversidade ambiental coexiste com uma variedade de povos e culturas indígenas, entre os quais os Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang, Yanomami, Ye'kwana, Wai-Wai, Waimiri Atroari e Wapichana. Devido à migração venezuelana para o Brasil, tem-se observado o deslocamento de diversos Povos Indígenas da Venezuela para a região, entre

os quais Akawaio, Arekuna, Chaima, Eñepa, Jivi, Ka'riña, Kamarakoto, Pemón, Warao e Wayuu.

Vivendo no contexto urbano e em trinta e duas Terras Indígenas demarcadas, que correspondem a 46,2% do território estadual, esses povos originários possuem organizações espaciais próprias, como as etnorregiões, que refletem algumas de suas dinâmicas culturais, políticas e sociais e atuam como uma forma de organização territorial que facilita a comunicação entre comunidades e lideranças, além de garantir a gestão territorial participativa (Garzoni; Bethonico, 2019).

Esses povos já estavam estabelecidos na região antes da chegada dos colonizadores, com uma presença indígena milenar, conforme têm corroborado pesquisas arqueológicas que apontam uma história antiga riquíssima, profunda e dinâmica dos povos que habitavam a Amazônia muitos séculos antes do ano 1.500 (Zuker, 2023).

Os dados mais recentes da população indígena em Roraima, levantados pelo Censo de 2022 e analisados pela Secretaria de Planejamento de Roraima (Roraima, 2023), indicam um número de 97.320 indígenas em todo o estado, distribuídos em seus quinze municípios, representando o maior percentual de população indígena entre todos os estados do Brasil (15,34%) e a quinta maior população indígena do país em números absolutos.

Apesar desses dados demonstrarem uma presença indígena significativa e permitirem realçar a necessidade de considerá-la com a devida importância, o que se constata em Roraima é a sua manipulação em discursos que colocam os Povos Indígenas como inimigos do desenvolvimento do estado (Ferreira Júnior, 2022).

Diante disso, o Projeto de Grãos em Roraima, implementado pelo governo de Roraima, é um caso concreto que permite discutir como esse discurso tem sido formulado para permitir que o agronegócio penetre em comunidades indígenas do estado, introduzindo práticas agrícolas que em muitos casos contradizem os princípios de autonomia e sustentabilidade que as próprias comunidades buscam preservar.

Destinado ao fortalecimento da produção de grãos no estado, com foco na agricultura familiar e indígena, esse projeto é executado pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima (IATER-RR) em parceria com outras instituições do Governo de Roraima, como a Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (SEPI) e a Secretaria de Estado de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação (SEADI). Conhecido como Agroindígena em suas atividades direcionadas à agricultura indígena, esse projeto se dá por intermédio de políticas públicas voltadas para a produção de grãos, o que pode colocar em risco os sistemas alimentares tradicionais e, consequentemente, a saúde e a soberania alimentar dos Povos Indígenas. Segundo o Governo do Estado, o Agroindígena foi bem recepcionado por várias comunidades.

Comunidades indígenas de Roraima ampliaram as áreas plantadas de grãos e, este ano, chegaram a 1.500 hectares. O número é quase o dobro dos 800 hectares de 2020. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (28) pelo governo do estado, que presta apoio aos polos de produção por meio do projeto “Grãos em Terras Indígenas” [...]

O projeto teve início em 2020, com as primeiras tratativas junto aos povos indígenas. E em 2021, foram feitas as primeiras plantações dos grãos. À época, foram plantados em 52 polos de produção. No cultivo desses grãos, foram colhidas 16 mil sacas de milho e 272 de feijão caupi (G1 RR, 2022, s.p.).

Além dos registros na imprensa local, destacamos algumas observações da primeira autora deste artigo a partir de sua experiência na Comunidade Indígena do Parnásio². Esta comunidade aderiu ao projeto Agroindígena em 2024, dedicando dez hectares ao cultivo de milho. Duas comunidades vizinhas também participaram da iniciativa: Raposa I, que plantou vinte hectares, e Xumina, pioneira entre as três na adesão ao projeto de grãos. Muitos “parentes”³ justificaram a decisão com o argumento de que, uma vez que o governo nunca lhes oferecia nada, iriam ver o que seria possível obter com o Agroindígena.

Entretanto, a produção ficou abaixo das expectativas. Para os dez hectares, a previsão inicial eram setecentas sacas de milho, mas o resultado final foi de apenas quatrocentas sacas. O governo forneceu adubo, calcário e maquinário para a “correção” do solo e o plantio, enquanto a comunidade contribuiu com a força de trabalho, assumiu os custos financeiros para cercar a área e realizou a colheita manualmente.

Ao final da primeira safra, vinte por cento da produção foi destinada para distribuição a toda a comunidade ou reservada para servir como poupança para reinvestimento na próxima safra, enquanto o restante foi dividido entre as famílias diretamente envolvidas no projeto. Apesar de a produção ter ficado aquém do que foi propagandeado pelos técnicos do IATER, houve satisfação de algumas pessoas da comunidade com os resultados. Alguns familiares demonstraram felicidade principalmente pela disponibilidade de milho para alimentar os animais, o que viabiliza a ampliação da criação de galinhas e suínos. No entanto, também mencionaram que, enquanto antes a saca de milho custava entre R\$ 130,00 e R\$ 150,00, agora é difícil comercializá-la por valores entre R\$ 60,00 e R\$ 80,00.

² A Comunidade Indígena do Parnásio integra a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, situada a aproximadamente 184 km de Boa Vista, capital do estado de Roraima. Essa comunidade é parte integrante da rica sociobiodiversidade cultural da região e é predominantemente composta pelo povo Macuxi.

³ Seguindo a lógica dos sistemas de parentesco de diversos Povos Indígenas, o termo “parentes” é aqui utilizado em sentido amplo e agregador. Diferentemente da noção ocidental restrita aos laços consanguíneos ou afins diretos, nessas cosmologias o parentesco opera como um princípio estruturador das relações cerimoniais, políticas, sociais e territoriais, se estendendo para além do grupo local para englobar membros de outras etnias e seres multi-espécies e atuando na organização social e na identidade coletiva, frequentemente subsumindo a filiação estrita a uma única etnia em favor de uma identidade mais ampla (Sousa, 2025; Lima; Soares-Pinto, 2024; Diniz, 1968).

O que chama atenção, contudo, foram os poucos questionamentos sobre os possíveis impactos desse modelo de produção na comunidade a longo prazo. Não se discutiu, por exemplo, as implicações do uso de sementes transgênicas na redução da soberania alimentar e na destruição da biodiversidade das sementes crioulas, nem os problemas relacionados ao esgotamento do solo ou aos danos ambientais e à saúde da comunidade. Isso reflete, em parte, o fato de que as autoridades que promovem esses projetos raramente alertam as comunidades sobre tais riscos, já que estão profundamente alinhadas com os interesses do agronegócio. Muitas comunidades, incluindo a Comunidade do Parnásio, foram envolvidas pela ideia de que a produção aos moldes do agronegócio é um caminho para a solução de seus problemas agrícolas.

Durante o lançamento do Agroindígena 2022, o secretário da SEPI declarou que

A gente sempre diz que as comunidades indígenas de Roraima precisam de oportunidade, e essa oportunidade está chegando. Em 2021, foram 800 hectares plantados e, agora, em 2022, vamos trabalhar com 1.500 hectares. Não apenas no projeto de grãos, mas também em 100 unidades do projeto de frangos, na criação de 150 mil alevinos, em 45 unidades de cultivo de hortaliças e 45 hortas medicinais, além do fortalecimento do artesanato, da dança e da culinária. Dessa forma, buscamos oferecer oportunidades para que as comunidades indígenas se insiram no mercado e se tornem autossustentáveis (Coelho, 2022, s.p.).

É evidente que o interesse do Governo do Estado está em inserir as comunidades indígenas no mercado capitalista e abri-las ao agronegócio. Contudo, não se observa um diálogo efetivo com as comunidades indígenas sobre as condições em que esse relacionamento será estabelecido e muito menos se debate as possibilidades de alienação de territórios indígenas ao agronegócio.

Investigações têm indicado interesses escusos na propagação do Agroindígena em Roraima. De acordo com Fábio Bispo (2023), o Governo de Roraima, sob a gestão do governador Antonio Denarium (Progressistas), implementou um programa de produção de grãos em Terras Indígenas que envolve o uso de sementes transgênicas e agrotóxicos. A empresa responsável pelo fornecimento desses insumos é a Agropecuária Garrote, pertencente a José Lopes Primo, conhecido como Jota Lopes, que é sócio de Denarium em empreendimentos agropecuários.

Com o seu Projeto de Grãos em Terras Indígenas, o Governo de Roraima viola a Lei nº 11.460/2007, que proíbe o uso de sementes geneticamente modificadas em Terras Indígenas (Brasil, 2007), e desrespeita a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, que exige consulta livre, prévia e informada às comunidades indígenas antes da implementação de projetos que as afetem (Duprat, 2014). De acordo com Bispo (2023), o advogado do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Ivo

Macuxi, declarou que não houve essa consulta adequada, enquanto algumas lideranças relataram pressões para assinarem documentos sem pleno conhecimento do conteúdo.

Além de implantar um projeto de expansão do agronegócio sobre Terras Indígenas, desrespeitando a legislação brasileira e a Convenção 169 da OIT, Denarium é suspeito de envolvimento em operações ilícitas e favorecimentos. De acordo com a matéria, houve privilégio à empresa Agropecuária Garrote, pertencente a um de seus sócios, contratada pelo governo estadual para fornecer insumos agrícolas ao programa (Bispo, 2023). Inicialmente, o contrato previa um valor de R\$ 7,2 milhões, mas, após sucessivos aditivos, os pagamentos à empresa ultrapassaram R\$ 34 milhões.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) chegou a emitir parecer contrário à renovação do contrato, mas, ainda assim, o Governo de Roraima ampliou a contratação por meio de quatro termos aditivos. Diante desses problemas, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) declarou-se incapaz de acompanhar o projeto devido à falta de pessoal, enquanto o Ministério Público Federal (MPF) investiga as denúncias (Bispo, 2023).

Todavia, o Governo de Roraima continua divulgando sua propaganda junto às comunidades indígenas, promovendo o discurso de que as ações do projeto estão alinhadas ao etnodesenvolvimento dos Povos Indígenas do estado.

As questões em torno do Agroindígena se ampliam ao identificarmos a existência de um movimento homônimo e de uma empresa, a Agro Indígena Consultoria e Assessoria, com atuação na concepção e implantação desse projeto em diferentes territórios indígenas no Brasil. Em matéria publicada em um jornal do Mato Grosso do Sul, Urandir Fernandes, executivo do Ecossistema Dakila⁴, celebrava o fato de contarem “[...] com a colaboração, desde o início, da Agro Indígena, entidade com sede em Brasília, que é dirigida pela Engenheira de Alimentos Elisângela Lima” para a construção desse “projeto incrível” (Zanetti, 2023).

Declarações como esta chamam atenção às articulações do Agroindígena como uma iniciativa de alcance nacional, que tem atingido Povos Indígenas de diversas regiões do país. Entre os documentos que identificamos, se destacam depoimentos apresentados na Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não Governamentais (CPI das ONGs).

Em 4 de julho de 2023, Luciene Kujãesage Kayabi, uma indígena que se apresentou como assessora jurídica e liderança do Agroindígena, declarou que

A agricultura indígena hoje está vivendo um momento de extrema relevância política. O meu trabalho aqui, neste Senado, no Congresso e na vida do meu povo, é fazer articulações, alianças que possam trazer políticas

⁴ O Ecossistema Dakila se apresenta como um “guarda-chuva teórico” para os empreendimentos que servem de facilitadores e indutores da filantropia de seu fundador, “realizada através de Ações Cívicas Sociais (ACISOS) e da promoção de ensino e pesquisa de altíssimo nível” (Ecossistema Dakila, s. d.).

públicas para que nós possamos viver - mais uma vez eu vou dizer - com dignidade. [...] o agroindígena: **o agroindígena hoje está dentro de mais de oito etnias no nosso país**. Temos aí exemplos dos nossos irmãos paresi, os nossos parentes, que têm agricultura mecanizada desde o ano de 1997. Eles são os precursores da agricultura mecanizada e são praticamente o legado da mudança dos nossos povos para o subdesenvolvimento. Nós temos aí os xavantes - eu também sou filiada xavante e represento este povo (Brasil, 2023, p. 16, grifo nosso).

Para Luciene Kujãesage Kayabi,

A catraca está girando, para algum lugar ela vai, e eu garanto para vocês que **os povos indígenas vão plantar, porque eles estão dentro do agronegócio indígena**. Eles estão dentro do agroindígena. Eu não falo por mim, eu falo por eles: os mais de 350 líderes, caciques, presidentes de cooperativas e de associações [...].

Nós estouramos a porteira. Não há como retroceder. Não há como sonhar, porque o sonho já se tornou realidade. Nós vamos continuar levantando a bandeira do agroindígena, porque só isso que vai trazer a solução (Brasil, 2023, p. 18, grifo nosso).

Esse depoimento expressa a construção de uma mentalidade caracterizada pela ojeriza às ONGs, tomando-as como se fossem exclusivamente vinculadas ao campo político das esquerdas e, por consequência, alinhadas com posturas que, segundo essa concepção, visam à subversão de valores das “famílias tradicionais” e dos “cidadãos de bem” da sociedade brasileira e à produção de obstáculos ao desenvolvimento nacional, uma vez que mantêm os governos e as estruturas administrativas reféns de um espectral “aparato ambientalista e indigenista”.

Onde está o MPI [Ministério dos Povos Indígenas]? Onde está a Funai? Onde estão as associações e as próprias ONGs que se deixaram levar esses anos todos só proibindo a plantação? **Só proibindo a gente dizendo que vamos perder a cultura**. Jamais! O exemplo está lá nos irmãos parecis, está lá nos xavantes. Eles estão plantando já, e a cultura é forte. Os suruí, os macuxis, a Amazônia, todos têm resultado. [...]

Eu gostaria muito de entender essa complexidade mental atrasada que fala que agroindígena é veneno, que fala que agroindígena não vai trazer vida. O agroindígena que planta, que coloca na mesa de vocês o pão de cada dia, que sustenta cada um de nós e nossas famílias (Brasil, 2023, p. 18, grifo nosso).

Não se observa, em tal maneira de enunciar suas ideologias, as diferenciações existentes entre as organizações classificadas nessa categoria elástica, da qual são milagrosamente retirados *think tanks* conservadores e instituições do capitalismo filantrópico (Fontes, 2020). Paradoxalmente, há uma significativa apologia à atuação de aparelhos privados de hegemonia empresariais do agronegócio, mesmo em Terras Indígenas, sem que haja uma análise crítica ou, ao menos, questionamentos sobre os impactos negativos do modelo agrícola defendido.

Essa contradição torna-se evidente quando discursos semelhantes ao destacado mobilizam Povos Indígenas de diversas regiões do país, incluindo os Macuxi, para

reverberar o discurso ideológico do agronegócio, em que nega os problemas ambientais e sociais decorrentes da agropecuária em larga escala.

A crescente articulação política em torno de um “agronegócio indígena” mobiliza algumas lideranças indígenas alinhadas ao agronegócio lato sensu e a políticos vinculados à Frente Parlamentar da Agropecuária. Além de ser apresentada como um movimento de articulação nacional, tal iniciativa reflete interesses empresariais específicos, o que suscita questionamentos fundamentais sobre seus impactos na saúde e na alimentação das comunidades indígenas.

Apesar de algumas celebrações a essa integração como um marco de autonomia e desenvolvimento, é imprescindível uma análise crítica de suas implicações aos sistemas alimentares tradicionais e à saúde coletiva das comunidades indígenas, além das questões atinentes à defesa dos territórios indígenas. Se por um lado tais defesas apresentam a heterogeneidade política dos diferentes povos e comunidades indígenas no Brasil, por outro, distintos movimentos indígenas têm questionado a legitimidade de pessoas que realizam essas exaltações em atuarem como representantes de seus povos.

O caso da publicação pelo Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina de uma carta de repúdio à deputada federal Sílvia Nobre Lopes (PL, Amapá) serve-nos a essa observação. Eleita em 2022 apresentando-se como Sílvia Waiãpi, ela foi indicada pelo ministro Gilmar Mendes para compor a mesa da Câmara de Conciliação que discutiu no Supremo Tribunal Federal (STF) a tese do marco temporal.

Em 17 de fevereiro de 2025, o Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina publicou uma carta de repúdio afirmando que Sílvia não representa o povo Wajãpi, não faz parte das suas organizações representativas e, portanto, não tem legitimidade para falar em seu nome (Apina, 2025). Neste documento, os Wajãpi também afirmam serem contrários às propostas da deputada bolsonarista de exploração das Terras Indígenas pelo agronegócio, de extração de madeira, do garimpo, da mineração e de outras atividades que destroem a floresta.

Ainda assim, indígenas de diversas regiões do país participaram de audiências no Congresso Nacional em que foi tratado o Agroindígena, evidenciando o grau de penetração dessa articulação nacional em alguns territórios. Destacamos o depoimento de Irisnaide de Souza Silva, presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (SODIURR), liderança que atua na defesa do garimpo e do agronegócio na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Durante sua fala na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), ela manifestou clara defesa do projeto Agroindígena, parabenizando o governador de Roraima, e argumentou que o projeto não representa riscos nem para os

indígenas nem para o ambiente. Segundo Irisnaide, até aquela data, não havia registros de contaminação de indígenas por agrotóxicos, reforçando sua posição favorável à iniciativa.

Quero aqui parabenizar o governador do Estado de Roraima, que tem deixado esse exemplo e tá dando esse exemplo para a população indígena lá de Roraima, que já vem fazendo há três anos na produção de agrícola, e aonde, em nenhum momento, foi registrado que indígena se contaminou com venenos com essa questão de contaminação na produção. Muito pelo ao contrário, vimos índios felizes com a produção, alegrar-se com parte econômica que está entrando na família. Então, o que que isso tem que ser discutido é fazer com que os indígenas agora possam andar com suas próprias pernas, nós, povos indígenas tendo apoio da FUNAI, tendo apoio dos nossos deputados que aqui estão (Dakilapesquisas, 2023, s.p.).

Ao destacarem o avanço do projeto Agroindígena em mais de oito etnias, incluindo os Macuxi, Paresí e Xavante, esses discursos enfatizam a mecanização e a participação indígena no agronegócio como conquistas. No entanto, tais práticas frequentemente se distanciam das tradições agrícolas que historicamente garantiram a segurança e soberania alimentar e a saúde dos Povos Indígenas. A agricultura mecanizada e em larga escala pode gerar uma dependência de insumos externos, como fertilizantes químicos e agrotóxicos, que não apenas comprometem a saúde dos solos, mas também expõem as comunidades a riscos de saúde relacionados ao uso intensivo dessas substâncias.

As comemorações das transformações na agricultura dos Povos Indígenas da Amazônia, entre os quais os Macuxi, desconhece que o Agroindígena compromete a cultura e favorece mudanças estruturais profundas no modo de vida e nas relações de produção indígenas. A transição para sistemas agrícolas comerciais frequentemente desvaloriza a produção de alimentos tradicionais, substituindo-os por monoculturas voltadas ao mercado. Essa mudança não só altera os padrões alimentares, contribuindo para o aumento do consumo de produtos ultraprocessados, como também fragiliza os vínculos socioculturais que sustentam as culturas alimentares desses povos.

Enquanto defensores da entrada do agronegócio em Terras Indígenas argumentam que essa inserção promoveria desenvolvimento econômico e segurança alimentar, Francisco de Assis Costa (2020) evidencia que as economias sociais baseadas no bioma amazônico já oferecem alternativas sustentáveis, profundamente enraizadas nos territórios. Essas economias resultam de um longo processo histórico de intercâmbio de conhecimentos entre Povos Indígenas, camponeses e migrantes, consolidando sistemas produtivos adaptados às condições locais.

Diferente do modelo hegemônico do agronegócio, que prioriza monoculturas e a maximização do lucro, os sistemas agroflorestais desenvolvidos nesses territórios equilibram produção e preservação ambiental, assegurando diversidade alimentar e resiliência socioeconômica. Contudo, a crítica ao Agroindígena não deve ser interpretada como uma

negação da capacidade das comunidades indígenas em buscar, de forma autônoma, soluções para o bem viver e alternativas para geração de renda e ocupação, especialmente voltadas aos jovens.

Ao contrário, destaca a importância de respeitar os processos de decisão interna dessas comunidades, valorizando práticas que integrem a sustentabilidade ambiental, a diversidade cultural e a autonomia alimentar. Para isso, a construção de estratégias econômicas precisa levar em conta as particularidades de cada povo, respeitando suas relações com os territórios e promovendo a inclusão dos jovens em iniciativas alinhadas aos seus anseios e perspectivas de futuro.

Ao priorizar modelos agrícolas voltados ao mercado, negligencia-se a necessidade de fortalecer sistemas tradicionais de produção, que são mais resilientes, sustentáveis e adequados às especificidades culturais e ambientais das Terras Indígenas. Ao invés de representar uma conquista, o Agroindígena pode ser visto como um reflexo de políticas e articulações escusas que, sob o pretexto do progresso, impõem modelos econômicos excludentes e insustentáveis aos povos originários.

A proposta desse projeto, que defende a introdução do agronegócio e a mecanização da agricultura em Terras Indígenas sob o argumento de geração de renda e desenvolvimento sustentável, se insere em uma lógica alinhada ao paradigma mecânico-químico-genético (PMQG) de produção, conforme analisado por Ricardo Folhes e Danilo Fernandes (2022) e Costa (2020). Esse paradigma, historicamente construído para adaptar a agricultura tropical aos interesses da industrialização global, prioriza monoculturas, mecanização intensiva e insumos químicos, promovendo a padronização dos sistemas produtivos e a expansão das fronteiras agrícolas, em conformidade com os interesses de grandes produtores e grandes grupos econômicos em detrimento dos povos que vivem na Amazônia e aprenderam a conviver e a produzir nesse bioma.

Ao projetar a Amazônia como novo espaço de expansão desse modelo, o Agroindígena ignora as dinâmicas tradicionais dos sistemas agroflorestais indígenas e ameaça a soberania alimentar, a biodiversidade e os próprios territórios indígenas. A experiência histórica demonstra que políticas agrícolas baseadas no PMQG tendem a gerar impactos socioambientais negativos, como a dependência de insumos externos, o desmatamento, entre outros problemas (Folhes; Fernandes, 2022).

Deste modo, a inserção do agronegócio em Terras Indígenas reforça padrões de integração subordinada, negligenciando alternativas sustentáveis já consolidadas nos sistemas produtivos indígenas, camponeses, quilombolas e de outras comunidades tradicionais. Além disso, desconsidera a convergência dessas práticas com novos modelos produtivos baseados na agroecologia, nos Sistemas Agroflorestais e na agricultura

sintrópica, que promovem maior equilíbrio ecológico e autonomia socioeconômica (Folhes; Fernandes, 2022).

Considerações finais

Neste texto, realizamos um esboço para uma crítica ao Agroindígena e suas relações hegemônicas de poder em meio ao modo de produção material e simbólica da sociedade brasileira. Nesta discussão, identificamos o avanço de práticas calcadas no PMQG em comunidades onde esse projeto tem sido instalado, distanciando-se, portanto, de uma agricultura indígena livre de agrotóxicos e transgênicos. Ainda assim, diversas comunidades, inclusive na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, têm se dedicado a projetos de agrofloresta, agroecologia e à promoção de feiras de troca de sementes, como parte de um esforço articulado para garantir sua soberania alimentar (Dossiê, 2017).

A análise crítica do Agroindígena deixa em relevo que a produção, distribuição, preparo e consumo de alimentos em Terras Indígenas têm cada vez mais sido objeto de assédio dos paradigmas da agricultura convencional e do agronegócio, tendo recebido apoio e sendo defendidos em algumas localidades e por algumas pessoas que se apresentam como lideranças, mesmo que contestadas por diversos coletivos, grupos, movimentos e organizações indígenas.

Considerando o Agroindígena em Roraima e suas articulações nacionais, é possível expor as práticas adotadas pelo agronegócio e seu modelo neoliberal de exportação de *commodities* para inserção em territórios indígenas, as quais atuam em diferentes frentes e escalas, entre as quais a mais violenta é a tese do marco temporal.

Se atinar à imposição do agronegócio em Terras Indígenas mediante projetos semelhantes e análogos ao discutido neste texto também propicia uma reflexão sobre a busca de reorganização de significados e funções culturais em um sistema unificado de produção simbólica conduzido por uma cosmologia hegemônica, aquela das sociedades ocidentais e capitalistas. Mesmo com o apoio de alguns membros das comunidades, seja por interesses econômicos ou pela rendição à visão não indígena de progresso, essas iniciativas tendem a desconsiderar o papel central da cultura, dos saberes tradicionais e das práticas sustentáveis historicamente constituídas pelos diferentes Povos Indígenas do país.

O projeto Agroindígena não representa apenas uma ameaça aos sistemas alimentares e ao equilíbrio ambiental, como coloca em risco valores, conceitos e horizontes de autonomia e autodeterminação dos povos. Os ataques às culturas alimentares indígenas

refletem um processo histórico de desvalorização dos saberes tradicionais, intensificado pela colonização e pela exploração ambiental e territorial.

Ao realizarmos a crítica materialista do simbólico das questões atinentes à produção, distribuição, preparo e consumo de alimentos em comunidades indígenas foi possível identificar um campo marcado por disputas complexas entre sistemas alimentares tradicionais e a crescente influência de produtos ultraprocessados, da lógica de mercado, do poder do capital e, conseqüentemente, do agronegócio. Essas disputas não se restringem apenas à esfera econômica, pois abrangem dimensões culturais, sociais e simbólicas, impactando profundamente a saúde, a soberania alimentar e as práticas culturais das comunidades indígenas.

A introdução de alimentos ultraprocessados e a expansão do agronegócio na região não apenas alteram os padrões de consumo, mas também desafiam as estruturas sociais e simbólicas que sustentam os modos de vida tradicionais. Essas transformações refletem um embate entre diferentes lógicas de produção e consumo, em que a mercantilização dos alimentos se sobrepõe às práticas alimentares ancestrais, muitas vezes baseadas em conhecimentos ecológicos e culturais preservados e compartilhados entre as gerações. Nesse contexto, a saúde das comunidades é afetada pela qualidade nutricional dos alimentos consumidos e pela perda de autonomia sobre seus sistemas alimentares, o que compromete a soberania alimentar e a capacidade de decidir sobre o que e como produzir e comer.

As dimensões simbólicas e culturais envolvidas nesse processo são fundamentais para compreender os impactos dessas mudanças. A crítica reflexiva a essas dinâmicas permite compreender como as estruturas de poder e as relações sociais se entrelaçam, evidenciando a necessidade de abordagens que considerem a complexidade e a multidimensionalidade dessas transformações. Consideramos necessário o aprofundamento em trabalhos futuros dessa análise crítica, por meio da busca de dados e informações que nos permitam realizar a cartografia social da inserção do Agroindígena nos territórios atualmente ocupados pelo Estado de Roraima, bem como pela ampliação da verificação de suas articulações nacionais e dos diferentes fatos econômicos e financeiros que têm sido gerados na sua implantação e desenvolvimento.

Se o Agroindígena pode representar uma resposta à necessidade de geração de renda e ao fortalecimento da produção local, permitindo que comunidades ampliem suas práticas agrícolas, conforme é anunciado pelos seus defensores, constatou-se que esse modelo muitas vezes introduz lógicas capitalistas de mercado e relações de produção que podem entrar em conflito com os valores tradicionais de manejo sustentável da terra. A entrada de insumos externos, o incentivo ao cultivo de monoculturas e a pressão por maior

produtividade são fatores que precisam ser considerados em virtude de suas possibilidades de comprometimento da biodiversidade e da resiliência dos sistemas alimentares indígenas.

A expansão do Agroindígena precisa ser acompanhada de um debate aprofundado dentro das próprias comunidades, rechaçando sua reprodução do modelo do agronegócio e enfrentando-o em sua apresentação como solução para o desenvolvimento das comunidades pela verificação da realidade de seus impactos na saúde e na soberania alimentar em nossos territórios. Para isso, nossa contribuição ao reconhecimento da configuração pela qual este projeto vem sendo concebido, formulado e implantado envolve ao menos seis elementos fundamentais:

- (1) a atuação de aparelhos privados de hegemonia empresariais do agronegócio e suas relações hegemônicas de poder, com possíveis operações ilícitas;
- (2) a incorporação aos sistemas e métodos de produção, distribuição, preparo e consumo de alimentos por e para Povos Indígenas de práticas perniciosas ao ambiente e à saúde, algumas proibidas por lei;
- (3) as práticas de coerção à adesão e participação no projeto;
- (4) as assimetrias ou opacidade na disponibilização de informações e esclarecimentos às comunidades e agentes de acompanhamento de sua execução;
- (5) a condição do Agroindígena como tributário do “modelo genealógico” que violenta sensibilidades locais e aliena os contextos interativos nos quais os Povos Indígenas realizam e ficam atentos às suas particulares habilidades de conhecer; e
- (6) a ineficiência em comparação com os parâmetros de produção do próprio projeto apresentados às comunidades.

Referências

BISPO, Fábio. Governo de Roraima contratou sócio de Denarium para projeto com uso ilegal de sementes transgênicas e agrotóxicos em terras indígenas. **InfoAmazonia**, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/03/24/governo-de-roraima-contratou-socio-de-denarium-para-projeto-com-uso-ilegal-de-sementes-transgenicas-e-agrotoxicos-em-terras-indigenas>. Acessado em: 10 dez. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Retorno à reflexividade**. Trad. Thomaz Kawauche. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Notas Taquigráficas – da Quarta Reunião da CPI das ONGS**, 04 jun. 2023. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/11617>. Acesso em: 5 jan. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.460, de 21 de março de 2007**. Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação; acrescenta

dispositivos à Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e à Lei no 11.105, de 24 de março de 2005; revoga dispositivo da Lei no 10.814, de 15 de dezembro de 2003; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11460.htm. Acesso em: 18 jan. 2026.

CARDOSO, Ana Claudia D. Que contribuições virão da Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI? **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 36-53, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.51924/revthesis.2021.v6.266>.

CASA RUI BARBOSA. Ciclo mutações - 2/10 - Outra destruição da natureza é possível-Vladimir Safatle. **YouTube**, 2 out. de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wLBUB6623A>. Acesso em: 12 dez. 2025.

CASTRO, Edna R.; CAMPOS, Índio. Formação Socioeconômica e Desenvolvimento Regional na Amazônia. In: CASTRO, Edna R.; CAMPOS, Índio. (Org.) **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. p. 15-36.

COELHO, Vânia. AGROINDÍGENA - Comunidades indígenas vão plantar 1.500 hectares de grãos em 2022 com apoio do governo, 2022. **Governo de Roraima**, 27 mar; 2022. Disponível em: <https://www.rr.gov.br/noticias/item/5908-agroindigena-comunidades-indigenas-vao-plantar-1-500-hectares-de-graos-em-2022-com-apoio-do-governo>. Acesso em: 3 jan. 2026.

CONSELHO DAS ALDEIAS WAJÁPI – APINA. Carta de repúdio contra Sílvia Nobre Lopes, política bolsonarista que está usando o nome do povo Wajápi. **Cartas Indígenas do Brasil**, 17 fev. 2025. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/do-conselho-das-aldeias-wajapi-apina-para-o-brasil/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

COSTA, Francisco de Assis. Economia camponesa referida ao bioma da Amazônia: atores, territórios e atributos. **Papers do NAEA**, Edição/Série 476, v. 1, n. 2, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v1i2.10390>.

DAKILAPESQUISAS. **Audiência pública realizada na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), 05/06/23 – Câmara dos Deputados**. Brasília, 9 jun. 2023. Instagram: @dakilapesquisas. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CtR-CnzJEtH/?igsh=NGFnNWdoNjVnOQI>. Acesso em: 14 jan. 2026.

DINIZ, Edson Soares. A terminologia de parentesco dos índios Wapitxâna. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**: Nova Série, Antropologia, Belém, n. 34, p. 1-18, abr. 1968. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local—files/biblio%3Adiniz-1968-terminologia/Diniz_1968_AterminologiaParentescoWapitxana.pdf. Acesso em: 26 abr. 2026.

DOSSIÊ Raposa Serra do Sol: Um projeto de vida para os povos indígenas da Amazônia e do Brasil. Terra Indígena Raposa Serra do Sol, 3 out. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/352xCq9>. Acesso em: 18 dez. 2025.

DUPRAT, Deborah. A convenção 169 da OIT e o direito à consulta prévia, livre e informada. **RCJ - Revista Culturas Jurídicas**, Vol. 1, Núm. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45016/25873>. Acesso em: 18 jan. 2026.

ECOSSISTEMA DAKILA. Quem somos. **Ecosistema Dakila**, s. d. Disponível em: <https://www.dakila.com.br/ecossistema-dakila/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

FERREIRA JÚNIOR, Amarildo. Educação antirracista no lugar Roraima. In: SARDINHA, Antonio Carlos; SILVA, David Junior de Souza; DINIZ, Raimundo Erundino Santos. (Org.). **Ensino de História e Educação em Direitos Humanos: sujeitos, agendas e perspectivas de pesquisas**. Macapá: UNIFAP, 2022. p. 180-205.

FOLHES, Ricardo Theophilo; FERNANDES, Danilo Araújo. A dominância do paradigma tecnológico mecânico-químico-genético nas políticas para o desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia. **Papers do NAEA**, v. 31, n. 1, Edição 540, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v31i1.12993>.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o marxismo**, v. 8, n. 14, jan./jul. 2020, p. 15-35. DOI: <https://doi.org/10.62782/2318-9657.2020.351>.

G1 RR. Comunidades indígenas ampliam em quase o dobro áreas de plantios de milho e feijão em Roraima. **G1 Roraima**, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/07/29/comunidades-indigenas-ampliam-em-quas-e-o-dobro-areas-de-plantios-de-milho-e-feijao-em-roraima.ghtml>. Acesso em: 18 jan. 2026.

GARZONI, Elionete de Castro; BETHONICO, Maria Bárbara de Magalhães. Região e etnorregião – um olhar a partir da realidade dos povos indígenas de Roraima, Brasil. **Caderno de Geografia**, v. 29, número especial 2, p. 172-189, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/61315178/Regi%C3%A3o_e_etnorregi%C3%A3o_um_olhar_a_partir_da_realidade_dos_povos_ind%C3%ADgenas_de_Roraima_Brasil. Acesso em: 11 dez. 2025.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Trad. Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. **ClimaCom – Vulnerabilidade** [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

IBERÊ, Daniel. Povos indígenas: alimentos, ancestralidade e sagrado em tempos de crise. **Cadernos OBHA**, Brasília, v.1, n. 1, p. 36-44, jul. 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/42442>. Acesso em: 18 dez. 2025.

INGOLD, Tim; KURTTILA, Terhi. Percebendo o ambiente na Lapônia finlandesa. **Campos**, v. 19, n. 1, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5380/cra.v19i1.55908>.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. 1. ed. 3. reimp. Trad. Beatriz Perrone-Moisés; Pref. Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. Desnaturada. In: KRENAK, Ailton; PIÚBA, Fabiano. (Orgs.) **Desnaturada: cultura e natureza**. Fortaleza: SECULT/CE, 2022. p. 161-167.

LEITE, Maurício Soares. Sociodiversidade, Alimentação e Nutrição Indígena. In: BARROS, Denise Cavalcante; SILVA, Denise Oliveira e; GUGELMIN, Sílvia Ângela. (Orgs.). **Vigilância Alimentar e Nutricional para a Saúde Indígena**. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 181-210. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/37827>. Acesso em: 27 dez. 2025.

LIMA, Ana Gabriela Morim de; SOARES-PINTO, Nicole. Parentesco com a terra e as cosmopolíticas indígenas do cuidado. **Estudos Avançados**, v. 38, n. 112, p. 173–194, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202438112.010>. Acesso em: 26 abr. 2026.

LINDEMANN, John. Memória: Ontologia e Epistemologia Básicas. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 401–416, 2020. DOI: 10.26512/rfmc.v8i1.28340. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/28340>. Acesso em: 3 set. 2025.

MALUF, Renato Sergio Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MICELI, Sergio. Materialismo do simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). 1. ed. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 19-26.

RORAIMA. Governo de Roraima. Secretaria de Planejamento e Orçamento. Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Sociais. **População Indígena de Roraima – Censo 2022**. 2023. Disponível em: <https://seplan.rr.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/Informativo-013-2023-POPULACAO-INDIGENA-2023.pdf.pdf>. Acessado: 07 jan. 2026.

SANTOS, Luis Fernando de Souza. **O panóptico verde**: a invenção ambiental da Amazônia. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2020.

SCRINIS, Gyorgy. **Nutricionismo**: a ciência e a política do aconselhamento nutricional. Trad. Juliana Leite Arantes. Prefácios de Inês Rugani Ribeiro de Castro e Paula Johns. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

SOUSA, Lucillany Carneiro de. **"Parente vota em Parente?" A cultura política dos indígenas nas eleições municipais de Manaus (2016-2024)**. 2025. 99 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2025. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/11510>. Acesso em: 26 abr. 2026.

ZANETTI, Rogério Alexandre. Aprovação de Lei que permite exploração de terras por indígenas tem colaboração de instituto de MS. **O Estado – Mato Grosso do Sul On Line**, 28 out. 2023. Disponível em: <https://oestadoonline.com.br/cidades/aprovacao-de-lei-que-permite-exploracao-de-terras-por-indigenas-tem-colaboracao-de-instituto-de-ms/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

ZUKER, Fábio. Amazônia entre a milenar agrobiodiversidade e a destruição humana recente: entrevista com o arqueólogo Eduardo Neves. **InfoAmazonia**. 17 mar. 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/03/17/amazonia-entre-a-milenar-agrobiodiversidade-e-a-destruicao-humana-recente-entrevista-com-o-arqueologo-eduardo-neves/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

Sobre os autores

Greyce Kelle Fidelis Paulino – Graduação em Gestão em Saúde Coletiva Indígena pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), campus Paricarana. Especialização em Gestão e Ensino e Saúde pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), campus Boa Vista. Mestrado em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima, campus Paricarana. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (Recursos Naturais) (PRONAT), da Universidade Federal de Roraima (UFRR). **Orcid** – <https://orcid.org/0009-0004-4930-2613>.

Amarildo Ferreira Júnior – Graduação em Administração pela Faculdade Ideal (FACI), Belém. Graduação em Sociologia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Guamá. Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Pará (UFPA), campus Guamá. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (PPGSOF/UFRR). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-5734-7916>.

Carlos Alberto de Sousa Cardoso – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Membro do Laboratório de Pesquisa e Extensão sobre o Rural em Roraima (LABORR) e colaborador da Comissão Pastoral da Terra de Roraima. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-4185-417>.

Como citar este artigo

PAULINO, Greyce Kelle Fidelis; FERREIRA JÚNIOR, Amarildo; CARDOSO, Carlos Alberto de Sousa. Imposições do modelo do agronegócio em Terras Indígenas: comentário sobre o projeto Agroindígena em Roraima. **Revista NERA**, v. 29, n. 1, e11389, 2026. <https://doi.org/10.1590/1806-675520262911380>.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Acerca da disponibilidade dos dados da pesquisa, os(as) autores(as) do manuscrito informam que:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos(as) autores(as). A autora **Greyce Kelle Fidelis Paulino** foi a responsável pelas funções Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia e Redação (rascunho original). O segundo autor, **Amarildo Ferreira Júnior**, foi o responsável pelas funções Conceitualização, Análise formal, Metodologia, Supervisão, Validação e Redação (revisão e edição). O terceiro autor, **Carlos Alberto de Sousa Cardoso**, foi o responsável pelas funções Análise formal, Metodologia, Supervisão, Validação e Redação (revisão e edição).

Recebido para publicação em 03 de fevereiro de 2026.

Devolvido para revisão em 20 de abril de 2026.

Aceito a publicação em 02 de julho de 2026.

O processo de editoração deste artigo foi realizado por Camila Ferracini Origuella.
